

O déficit político na raiz do déficit público

ESTADO DE SÃO PAULO

24 MAI 1996

O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, admitiu, diante de centenas de empresários reunidos em Brasília, a impotência do Executivo diante dos problemas do Orçamento: "Tudo é consumido em pessoal, aposentadorias, transferências para Estados e juros." "Dessas contas", acrescentou, "a única que eu posso apertar mais é a de juros." Talvez esta frase ainda tenha sido uma forma de defesa, porque nem nesse campo a liberdade do Executivo é grande. Quem deixou o encontro decepcionado ainda pode ser considerado otimista. No mesmo dia, o projeto de reforma da Previdência foi destruído na Câmara dos Deputados, mantendo-se privilégios com a concivência de parte da impropriamente chamada base governista.

É preciso somar todos esses fatos para ter uma idéia mais ou menos clara do *Problema Brasil*. Sim, porque o chamado "Custo Brasil" é só uma das manifestações desse problema. O déficit público é outra, assim como a resistência às reformas. Feita a soma, embora incompleta, as dificuldades do presidente Fernando Henrique Cardoso podem ser vistas de nova perspectiva. Lentidão e impasses na condução do programa de reformas não se devem, afinal, somente a dificuldades na relação entre Executivo e Legislativo, ou mesmo entre Executivo e Judiciá-

rio. Atritos entre ramos de governo são normais na democracia. O caso brasileiro é diferente.

Nos Estados Unidos, muitos serviços públicos foram interrompidos, há pouco tempo, como resultado de um impasse entre presidência e Congresso. As funções foram suspensas porque não havia orçamento. Sem orçamento, o governo não pode funcionar normalmente. Governo da União, sabem os norte-americanos, é um só. É formado de três ramos, não de três poderes (o vocabulário é mais claro que o empregado no Brasil). Trata-se de um governo central para um Estado nacional.

No Brasil, o Executivo tem a obrigação de cuidar das finanças públicas. Legislativo e Judiciário têm *direitos* em relação a essas finanças, mas não obrigações. Podem fixar os vencimentos de parlamentares, juízes e funcionários — segundo normas sempre contestadas —, mas não têm de se preocupar com o equilíbrio das contas públicas. Da mesma forma, a idéia da correspondência entre meios e funções foi abolida. Os constituintes a ignoraram. Muitos congressistas, fiéis a esse espírito, não vêem a reforma da Previdência como homens de Estado, mas apenas como porta-vozes de interesses parciais.

O Parlamento, noutros países, tem partidos. No Brasil, tem bancadas: representam interesses de

fazendeiros, de empresas de serviços médicos, de proprietários de escolas, de banqueiros, de financiadores de campanha, empregados de estatais, de funcionários públicos, de regiões, de governadores, de prefeitos, etc. A consequência mais natural não é a administração do bem público, mas a sua partilha. A grande feira de barganhas em que se converteu a política, em Brasília, é só a exacerbção desse processo. O Tesouro Nacional e o Banco Central foram levados a participar dele.

Ora é a securitização dos débitos de agricultores, ora é a rolagem de velhas dívidas de usineiros. Noutro momento, é a substituição de títulos estaduais e municipais, de baixo atrativo no mercado, por papéis federais. Dos R\$ 138 bilhões de títulos federais fora do BC, cerca de R\$ 28 bilhões correspondem a letras destinadas a substituir títulos de Estados e municípios.

Esta é outra particularidade brasileira. A República é federativa, Estados e municípios têm competência tributária separada, mas boa parte deles não consegue, sem recursos da União, sequer cobrir os gastos de custeio. Alguns nem chegam a cumprir a exigência

constitucional do salário mínimo. Não se pensou nisso, quando se multiplicaram os municípios — e as contratações de pessoal — a partir de 1988. Quem quer preocupações? Na capital do Estado do Tocantins, nova estrela da Federação brasileira, planeja-se construir, em tamanho natural, uma réplica da Torre Eiffel. Uma comissão foi a Paris, para tirar medidas da torre. Se não se conseguir dinheiro de outra forma, talvez o Tesouro Nacional acabe envolvido no empreendimento... Por que não?

Sem as reformas, é quase consenso, não haverá como arrumar as contas pú-

**As reformas não
são tratadas como
problemas de
Estado, mas como
jogo de interesses
setoriais**

blicas e retomar, sem restrições muito severas, o crescimento econômico. Empresários e trabalhadores cobram do governo (em geral confundido com Executivo) uma nova fase de expansão. Mas quase tudo que é importante, nessas reformas, implica mexer nas relações entre o público e o privado, entre o regional e o nacional. Houve pequenos avanços nas mudanças da ordem econômica. A grande mágica será realizar as outras inovações sem a reforma política necessária para instaurar, no Brasil, uma genuína federação e uma efetiva democracia de partidos.